



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2012.

Comunicação nº 107/12

**Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva / RJ**

Processo: 202/2012

**Requerente: PROCURADORIA DA JUSTIÇA
DESPORTIVA DO TJD/RJ**

Requerido: AA CARAPEBUS

I - Trata-se de Denúncia com pedido de liminar *inaldita altera pars*, com fulcro no art. 119 do CBJD, requerida pela D. Procuradoria da Justiça Desportiva do TJD/RJ em favor da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro em face do AA Carapebus sob a alegação de transgressão aos artigos 9º e art. 128 do Regulamento Geral da Competição (Temporada 2012) e artigos 191 II e 204 CBJD.

II - Com fulcro no art. 119 c/c art. 9º caput e art. 27 inciso I, letra “g” todos do CBJD, passo a examinar o requerimento de plano, valendo ser ressaltado que a medida é plenamente tempestiva, eis que oferecida no prazo de lei, bem como referido Campeonato está sendo realizado e, ainda, por se tratar de medida incidental que está sendo requerida no curso da dilação probatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

III - É imperioso destacar que o novo CBJD atribui ao Presidente do TJD competência em caráter excepcional e no interesse do desporto, em decisão fundamentada, para conceder liminar quando houver fundado receio de dano irreparável, artigo 119 CBJD (redação dada pela Resolução do CNJ nº 29/2009).

VI - No caso em tela verifica-se que o requerido estava ciente de que sua participação no Campeonato de Profissionais da Série B de 2012 é regida pelo art. 9º do Regulamento Geral da Competição (Temporada 2012), e que o abandono da competição por qualquer uma das categorias, o que ocorreu com a categoria de juniores da série B, ensejaria em descumprimento ao art. 128 do RGC.

V- Contudo, como bem salientou a D. Procuradoria o impedimento sumário de disputar campeonato, torneio ou equivalente de categoria organizado pela FERJ prescinde, em respeito aos princípios insculpidos no art. 2º, do CBJD, do exercício da mais ampla defesa com a consequente dilação probatória.

VI - Entretanto, a permanência do Denunciado no Campeonato Estadual de Profissionais da Série B de 2012, vai de encontro ao que determina o art. 9 do RGC, não sendo correto manter tal equipe disputando o torneio de profissionais, uma vez que abandonou o Campeonato de Juniores da Serie B, competição esta que tem caráter obrigatório face a sua categoria. Diante da reincidência específica e injustificada em adotar a pratica de não realização das partidas marcadas, não pode este ficar sem guarida, razão pela qual a medida inominada, em boa hora vinda ao mundo jurídico pelo CBJD, traz a possibilidade de ver reparado eventual dano como está a ocorrer no caso presente.

VII - Assim, diante desse quadro fático e em um juízo perfunctório, vislumbro a existência de *fumus boni iuris* na presente, face aos fatos narrados na denúncia e, também, a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

existência do *periculum in mora* na razão direta em que o Campeonato Estadual da Série B de Profissional de 2012 encontra-se em curso.

VIII - Na exposta conformidade, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA, SUSPENDENDO O AA CARAPEBUS DA PARTICIPAÇÃO DO CAMPEONATO ESTADUAL DE PROFISSIONAIS DA SÉRIE B 2012 ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA PRESENTE AÇÃO, face a forma do art. 128 do RGC, em razão da sua exclusão do campeonato da Série B de Juniores.

IX - Dê imediata ciência a FERJ por ofício, se for o caso inclusive via *fax* (art. 47, § 1º, do CBJD) ou outro meio eletrônico, do inteiro teor da presente.

X - Determino a distribuição nos termos do artigo 78-A, do CBJD.

XI - Após, abra-se vista ao Requerido (art. 119, § 2º, do CBJD).

Publique-se e cumpra-se.

ANTONIO VANDERLER DE LIMA
Presidente